No Quadro 1, apresenta-se uma síntese sobre as ações e normativas que concernem à preservação aos arquivos privados no Brasil para uma visualização mais sumarizada sobre a temática:

|  |  |
| --- | --- |
| **Quadro 1** – Principais ações precedentes à promulgação da Lei de Arquivos e relacionadas à preservação dos arquivos privados no Brasil | |
| **Ação** | **Principais aspectos** |
| Regulamento nº 2, de 2 de janeiro de 1838. | Criação do Arquivo Nacional, provisoriamente estabelecido na Secretaria de Estado de Negócios do Império. |
| Constituição de 1934 | Definiu-se a competência da União, dos Estados e Municípios de proteger os objetos de interesse histórico. |
| Constituição de 1937 | Equiparou-se os atentados aos monumentos históricos, artísticos e naturais às ações cometidas contra o patrimônio nacional. |
| Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 | Apresentou novas diretrizes acerca da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. |
| Constituição de 1946 | Incentivou o início das discussões sobre o valor histórico dos documentos. |
| Decreto-lei 8.534 de 2 de janeiro de 1946 | A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) tornou-se responsável pela catalogação sistematização e a proteção dos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares. |
| Aprovação do novo regulamento do Arquivo Nacional | A instituição tornou-se responsável por organizar o registro nacional de arquivos privados, além de prestar assistência técnica à administração desses documentos. |
| Década de 1960 e o fenômeno do brasilianismo | As novas práticas historiográficas no Brasil incentivaram ações relacionadas à preservação do patrimônio arquivístico público e privado. |
| Decreto-lei nº 200/67 | Criou-se o Sistema de Serviços Gerais (SISG), instituído em 1975. |
| Década de 1970 e a criação dos centros de documentação | Surgiram de entidades como o CPDOC, a FCRB, o IEB e a Fiocruz com o intuito de dar acesso a documentos em função de um determinado período histórico ou pelas características dos produtores desses registros. |
| Lei 6.757 de 17 de dezembro de 1979 | Criou-se a Fundação Nacional Pró-Memória |
| Decreto nº 82.308/78 | Fundou-se do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). |
| Década de 1980 e o anteprojeto de lei de arquivos | Nomeou-se a comissão responsável pela elaboração do anteprojeto da lei de arquivos, que tramitou na esfera federal entre os anos de 1982 a 1991. |
| Década de 1980 e a criação do Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica | Dentre suas atividades, as entidade objetivava identificar dos acervos privados de interesse histórico no Brasil. |
| Promulgação da Lei 8.159/91 | Os arquivos privados foram definidos no escopo da lei. |

**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor.